

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência - NEGRÃO, Adriane Vasti Gonçalves. Acolhimento institucional em tempos de mudança: uma questão em análise. 2010. 232f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

2) Orientador – CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte.

3) Resumo – Historicamente o Brasil apresentou uma desigualdade social que violou os direitos humanos durante séculos. Destacamos neste trabalho as consequências das desigualdades sociais que refletiram de forma importante na população infanto-juvenil, as quais se tornaram alvos de atendimentos que transitaram entre práticas punitivas e coercitivas às práticas de cunho assistencialistas. Estas práticas priorizavam a institucionalização em detrimento de outras opções que apontassem para a efetivação de políticas públicas que atendessem integralmente às necessidades das crianças, adolescentes e de suas famílias. Contudo, durante o processo de democratização do Estado brasileiro foi promulgada a Constituição de 1988, que se tornou precursora de legislações regulamentadoras dos direitos preconizados na referida lei. Enfatizamos a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8069 de 13 de julho de 1990) o qual revolucionou a forma de pensar a criança, que saíria da preconceituosa posição de “menor em situação irregular” para alcançar o *status* de “cidadão de direitos”. Tivemos por objetivo compreender a Medida de Proteção *Acolhimento Institucional*, conforme determinada pelo Art. 101, inciso VII do ECA. Os procedimentos metodológicos utilizados incluíram: observações participantes, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os atores institucionais; sendo estes os funcionários e as crianças e adolescentes pertencentes a uma entidade de acolhimento institucional. As análises dos dados indicaram que a entidade empreende esforços para se adequar às determinações do ECA, entretanto, parte de suas práticas ainda estão sustentadas por ideologias permeadas pelo assistencialismo, se constituindo estas, empecilhos para a garantia da proteção integral da população atendida.

4) Palavras-Chave - acolhimento; institucionalização; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.